

Volume  
**31/2**  
ICH - UFPel



# História em revista

revista do núcleo de documentação histórica

**História Pública: caminhos para a  
democratização do conhecimento já disponível!**

**Reitoria**

Reitora: *Ursula Rosa da Silva*

Vice-Reitor: *Eraldo dos Santos Pinheiro*

Chefe de Gabinete da Reitoria: *Renata Vieira Rodrigues Severo*

Pró-Reitor de Ensino: *Antônio Maurício Medeiros Alves*

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação: *Marcos Britto Corrêa*

Pró-Reitor de Extensão e Cultura: *Fábio Garcia Lima*

Pró-Reitora de Planejamento e Desenvolvimento: *Aline Ribeiro Paliga*

Pró-Reitora de Assuntos Estudantis: *Josy Dias Anacleto*

Pró-Reitora de Gestão de Pessoas: *Taís Ullrich Fonseca*

Pró-Reitora de Ações Afirmativas e Equidade: *Cláudia Daiane Garcia Molet*

Superintendente do Campus Capão do Leão: *José Rafael Bordin*

Superintendente de Gestão Administrativa: *Mariana Schardosim Tavares*

Superintendente de Gestão da Informação e

Comunicação: *Christiano Martino Otero Ávila*

Superintendência de Inovação e Desenvolvimento

Interinstitucional: *Vinicius Farias Campos*

Superintendência de Infraestrutura: *Everton Bonow*

Superintendência do Hospital Escola: *Tiago Vieiras Collares*

**Instituto de Ciências Humanas**

Diretor: *Prof. Dr. Sebastião Peres*

Vice-Diretora: *Profa. Dra. Andréa Lacerda Bachettini*

**Núcleo de Documentação História da UFPEL –  
Profa. Beatriz Loner**

Coordenadora:

*Profª Dra. Lorena Almeida Gill*

Membros do NDH:

*Profª Dra. Lorena Almeida Gill*

*Prof. Dr. Aristeu Elisandro Machado Lopes*

*Prof. Dr. Jonas Moreira Vargas*

*Prof. Dra. Márcia Janet Espig*

Técnico Administrativo:

*Cláudia Daiane Garcia Molet – Técnica em Assuntos  
Eduacionais*

*Paulo Luiz Crizel Koschier – Auxiliar em Administração*

**História em Revista - Publicação do Núcleo de  
Documentação Histórica – Profª. Beatriz Loner**

Comissão Editorial:

*Profª Dra. Lorena Almeida Gill*

*Prof. Dr. Aristeu Elisandro Machado Lopes*

*Profa. Dra. Eliane Cristina Deckmann Fleck*

*Profa. Dra. Márcia Janet Espig*

*Prof. Dr. Jornas Vargas*

*Paulo Luiz Crizel Koschier*

Conselho Editorial:

*Profa. Dra. Alexandrine de La Taille-Trétinville U.,  
Universidad de los Andes, Santiago, Chile*

*Profa. Dra. Ana Carolina Carvalho Viotti (UNESP -  
Marília)*

*Profa. Dra. Beatriz Teixeira Weber (UFSM)*

*Prof. Dr. Benito Bisso Schmidt (UFRGS)*

*Prof. Dr. Carlos Augusto de Castro Bastos (UFPA)*

*Prof. Dr. Claudio Henrique de Moraes Batalha  
(UNICAMP)*

*Prof. Dr. Deivy Ferreira Carneiro (UFU)*

*Profa. Dra. Gisele Porto Sanglard (FIOCRUZ)*

*Prof. Dr. Jean Luiz Neves Abreu (Universidade Federal  
de Uberlândia)*

*Profa. Dra. Joan Bak (Univ. Richmond – USA)*

*Profa. Dra. Joana Maria Pedro (UFSC)*

*Profa. Dra. Joana Balsa de Pinho, Universidade de Lisboa*

*Profa. Dra. Karina Ines Ramacciotti,  
(UBA/CONICET/Universidad de Quilmes)*

*Profa. Ms. Larissa Patron Chaves (UFPEL)*

*Profa. Dra. Maria Antônia Lopes (Universidade de  
Coimbra)*

*Profª. Dra. Maria Cecília V. e Cruz (UFBA)*

*Profa. Dra. Maria de Deus Beites Manso (Universidade  
de Évora)*

*Profa. Dra. Maria Marta Lobo de Araújo (Universidade  
do Minho)*

*Profa. Dra. María Silvia Di Liscia (Universidad Nacional  
de La Pampa – AR)*

*Profa. Dra. Maria Soledad Zárate (Universidad Alberto  
Hurtado – Chile)*

*Prof. Dr. Marcelo Badaró Mattos (UFF)*

*Prof. PhD Pablo Alejandro Pozzi (Universidad de  
Buenos Aires).*

*Prof. Dr. Robson Laverdi (UEPG)*

*Profª. Dra. Tânia Salgado Pimenta (FIOCRUZ)*

*Profª. Dra. Tatiana Silva de Lima (UFPE)*

*Prof. Dr. Temístocles A. C. Cezar (UFRGS)*

*Prof. Dr. Tiago Luis Gil (UNB)*

*Prof. Tommaso Detti (Università Degli Studi di Siena)*

*Profa. Dra. Yonissa Marmitt Wadi (UNIOESTE)*

*Editora: Lorena Almeida Gill*

*Editores do Volume: Lorena Almeida Gill (UFPEL); Alice da  
Conceição Teixeira (UFPEL); Flaviano Batista Ferreira  
(UFPEL)*

*Editoração e Capa: Paulo Luiz Crizel Koschier*

*Imagem da capa: Trapiche da praia do Laranjal (Pelotas-  
RS). Foto: Paulo Koschier*

*Pareceristas ad hoc: Aldenize da Silva Ladislau (UFPB);  
Amanda Chiamenti Both (PUCRS); Amanda Motta  
Castro (FURG); Ana Lúcia Costa de  
Oliveira(UFPEL); Ângelo Rodrigo Silva Pinheiro  
(UFF); Anselmo Alves Neetzow (FURG); Artur*

Henrique Franco Barcelos (FURG); Caiuá Cardoso Al-Alam (UNIPAMPA); Daniel Ferreira da Silva (UEM); Darcylene Pereira Domingues (UFPel); Dayane Nascimento Sobreira (UFPB) Eduardo Rocha (UFPel); Felipe Nóbrega Ferreira (UFPel); Felipe Treviso Bresolin (UFRGS); Jivago Correia Barbosa (IPHAN/PB - IFPB); Jonas Moreira Vargas (UFPel); Juarez José Rodrigues Fuão (FURG); Julia Silveira Matos (FURG); Lúcia de Fátima Guerra Ferreira (UFPB); Marciane Ambrósio Benicio (UFPB); Mauro Dillmann Tavares (UFPel); Natália de Oliveira Tavares (USP); Rafael Nóbrega Araújo (UEPB/UFCG); Rafael Teixeira Chaves (UFPel); Taiane Mendes Taborda (UFPel); Vanessa Avila Costa (UFPel); Wagner Silveira Feloniuk (FURG); Wanderlene de Freitas Souza Barros (UFAM); Wilian Junior Bonete (UFPel).

Rua Benjamin Constant 1071 – Pelotas, RS  
Fone: (53) 98115-2011

Edição: 2026/2  
ISSN – 2596-2876

Indexada pelas bases de dados: Worldcat Online Computer Library Center | Latindex | Livre: Revistas de Livre Acesso | International Standard Serial Number | Worldcat | Wizdom.ai | Zeitschriften Datenbank

#### **UFPel/NDH / Instituto de Ciências Humanas**

Rua Cel. Alberto Rosa, 154 - Pelotas/RS - CEP: 96010-770

Fone/Whatsapp: (53) 3284 3208

Disponível em

<https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/HistRev/index>

e-mail: [historiaemrevista@ufpel.edu.br](mailto:historiaemrevista@ufpel.edu.br)

### **Editora e Gráfica Universitária**

#### *Conselho Editorial*

*Presidente do Conselho Editorial:* Ana da Rosa Bandeira

*Representantes das Ciências Agrárias:* Sandra Mara da Encarnação Fiala Rechsteiner (TITULAR), Cássio Cassal Brauner e Viviane Santos Silva Terra

*Representantes da Área das Ciências Exatas e da Terra:* Aline Joana Rolina Wohlmuth Alves dos Santos (TITULAR), Felipe Padilha Leitzke e Werner Krambeck Sauter

*Representantes da Área das Ciências Biológicas:* Rosângela Ferreira Rodrigues (TITULAR) e Marla Piumbini Rocha

*Representantes da Área das Engenharias:* Reginaldo da Nóbrega Tavares (TITULAR)

*Representantes da Área das Ciências da Saúde:* Claiton Leonetti Lencina (TITULAR)

*Representantes da Área das Ciências Sociais Aplicadas:* Daniel Lena Marchiori Neto (TITULAR), Bruno Rotta Almeida e Marislei da Silveira Ribeiro

*Representantes da Área das Ciências Humanas:* Maristani Polidori Zamperetti (TITULAR) e Mauro Dillmann Tavares

*Representantes da Área das Linguagens e Artes:* Chris de Azevedo Ramil (TITULAR), Leandro Ernesto Maia e Vanessa Caldeira Leite

*Seção de Pré-Produção* – Isabel Cochrane, Suelen Aires Böettge

*Seção de Produção*

*Preparação de originais* – Eliana Peter Braz, Suelen Aires Böettge

*Catálogo* – Madelon Schimmelpfennig Lopes

*Revisão textual* – Anelise Heidrich, Suelen Aires Böettge

*Projeto gráfico e diagramação* – Fernanda Figueredo Alves, Alície Martins de Lima (Bolsista)

*Coordenação de projeto* – Ana da Rosa Bandeira

*Seção de Pós-Produção* – Marisa Helena Gonsalves de Moura, Eliana Peter Braz, Newton Nyamasege Marube

*Projeto Gráfico & Capa* – Paulo Luiz Crizel Koschier

Dados de Catalogação na Publicação (CIP) Internacional  
Simone Godinho Maisonave – CRB 10/1733  
Biblioteca de Ciências Sociais – UFPel

H673 História em Revista [recurso eletrônico] : (Dossiê : História Pública : caminhos para a democratização do conhecimento já disponível!) / Núcleo de Documentação Histórica da UFPel – Profa. Beatriz Loner, v.31, n.2, ago. 2026. – Pelotas: UFPel/NDH, 2026 – 199 p. ; 3 MB

Semestral

e-ISSN: 2596-2876

Sistema requerido: Adobe Acrobat Reader

Disponível em:

<https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/HistRev/index>

1. História – Periódico 2. Acervos 3. Conhecimento

CDD: 907



Filiada à ABEU

## SUMÁRIO

**APRESENTAÇÃO 07**  
**A HISTÓRIA PÚBLICA COMO UMA POSSIBILIDADE PARA DEMOCRATIZAR O CONHECIMENTO**

PUBLIC HISTORY AS A POSSIBILITY FOR DEMOCRATIZING KNOWLEDGE

**Lorena Gill | Alice Teixeira | Flaviano Batista**

**QUEM DECIDE O QUE SERÁ LEMBRADO? INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL, ACERVOS DIGITAIS E O FUTURO DO DIREITO À MEMÓRIA 12**  
**WHO DECIDES WHAT WILL BE REMEMBERED? ARTIFICIAL INTELLIGENCE, DIGITAL COLLECTIONS AND THE FUTURE OF THE RIGHT TO MEMORY**

**Denis Ramon Funes Flores**

**COLETÂNEA DO ARQUIVO DO SENADO FEDERAL E OS DESAFIOS DE UMA HISTÓRIA PÚBLICA DENTRO DO PODER LEGISLATIVO 22**

FEDERAL SENATE ARCHIVE COLLECTION AND THE CHALLENGES OF PUBLIC HISTORY WITHIN THE LEGISLATIVE BRANCH

**Alexandre Alves de Sousa Moreira**

**“HISTÓRIAS COMPARTILHADAS”: A CONSTRUÇÃO COLETIVA DO PASSADO NA COLEÇÃO DE HISTÓRIA ORAL DO MUSEU DA IMIGRAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO 35**

“SHARED HISTORIES”: COLLECTIVE CONSTRUCTION OF THE PAST IN THE ORAL HISTORY COLLECTION OF THE MUSEUM OF IMMIGRATION OF SÃO PAULO

**Pedro Jardel Fonseca Pereira**

**ARQUIVOS QUE REVELAM: O NDH/UFPEL E SUAS ARTICULAÇÕES ENTRE HISTÓRIA PÚBLICA, DEMOCRATIZAÇÃO DO CONHECIMENTO E HISTÓRIA DAS MULHERES 55**

ARCHIVES THAT REVEAL: NDH/UFPEL AND ITS ARTICULATIONS BETWEEN PUBLIC HISTORY, THE DEMOCRATIZATION OF KNOWLEDGE, AND WOMEN'S HISTORY

**Andreina Hardtke Corpes**

**MEMÓRIA CONTRA O SILÊNCIO: O TRABALHO DA COMISSÃO  
UNIVERSITÁRIA DA VERDADE / UFPEL COMO FERRAMENTA PARA A  
PRÁTICA DA HISTÓRIA PÚBLICA** **78**

MEMORY AGAINST SILENCE: THE WORK OF THE UNIVERSITY TRUTH  
COMMISSION / UFPEL AS A TOOL FOR THE PRACTICE OF PUBLIC HISTORY

**Nádia Coelho Kendzerski | Natasha Dias Castelli**

**ENTRE O TRABALHO E OS FILHOS: MATERNIDADES E SERVIÇO  
DOMÉSTICO NA ESCRAVIDÃO URBANA (RIO DE JANEIRO, 1870)** **95**

BETWEEN WORK AND CHILDREN: MOTHERHOOD AND DOMESTIC SERVICE IN URBAN  
SLAVERY (RIO DE JANEIRO, 1870)

**Nubia Sotini dos Santos**

**ROTEIROS NEGROS NO PARANÁ: ESTRATÉGIAS DE HISTÓRIA PÚBLICA E  
ENSINO DE HISTÓRIA ANTIRRACISTA** **112**

BLACK ROUTES IN PARANÁ: PUBLIC HISTORY AND ANTI-RACIST HISTORY  
EDUCATION

**Noemi Santos da Silva | Merylin Ricieli dos Santos**

**BABÁ X BORCHES – O POSSÍVEL PRIMEIRO NEGRO DO FUTEBOL  
PELOTENSE** **130**

BABÁ X BORCHES – THE LIKELY FIRST BLACK PLAYER IN PELOTAS FOOTBALL

**Gabriel Gonçalves Ribeiro**

**DA FORMAÇÃO COIMBRA À COORDENAÇÃO IMPERIAL: ELITES,  
PROVÍNCIAS E UNIDADE TERRITORIAL NO BRASIL OITOCENTISTA EM  
PERSPECTIVA IBERO-AMERICANA** **145**

FROM COIMBRA TRAINING TO IMPERIAL COORDINATION: ELITES, PROVINCES, AND  
TERRITORIAL UNITY IN NINETEENTH-CENTURY BRAZIL FROM AN IBERO-AMERICAN  
PERSPECTIVE

**Thiago Perez Bernardes de Moraes**

**O EMPÓRIO DAS ARTES E A PRESENÇA INDÍGENA NO MUSEU DE ARTE  
SACRA DO PARÁ: SILENCIAMENTOS E DESAFIOS EDUCATIVOS 168**

THE EMPORIUM OF ARTS AND THE INDIGENOUS PRESENCE AT THE PARÁ MUSEUM OF  
SACRED ART: SILENCING AND EDUCATIONAL CHALLENGES

**Diego Pereira Santos | Gabriel Ramos Pacheco | Laís Santos Sousa |  
Lorena Botelho de Souza | Mariane Alves Borges**

**ARQUITETURAS DO PROGRESSO: MANAUS, A BELLE ÉPOQUE E O  
PROJETO URBANO REPUBLICANO NA AMAZÔNIA 182**

ARCHITECTURES OF PROGRESS: MANAUS, THE BELLE ÉPOQUE, AND THE REPUBLICAN  
URBAN PROJECT IN THE AMAZON

**Janderson Gustavo Soares de Almeida | Clodoaldo Matias da Silva |  
Maria das Graças Maciel de Oliveira | Denison Melo de Aguiar**

# **“HISTÓRIAS COMPARTILHADAS”: A CONSTRUÇÃO COLETIVA DO PASSADO NA COLEÇÃO DE HISTÓRIA ORAL DO MUSEU DA IMIGRAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO**

“SHARED HISTORIES”: COLLECTIVE CONSTRUCTION OF THE PAST IN THE ORAL HISTORY COLLECTION OF THE MUSEUM OF IMMIGRATION OF SÃO PAULO

## **Pedro Jardel Fonseca Pereira**

Doutor em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora (2025). Historiador do Museu Regional do Norte de Minas – Unimontes. Integrante do Grupo de Pesquisa Dimensões do Regime Vargas e seus Desdobramentos (UERJ/CNPq). Possui experiência na área de História, com ênfase em Migrações, Mundos do Trabalho, História Oral e Memória. Mais recentemente, dedica-se às seguintes áreas: História, Memória, Acervos Museológicos, Patrimônio e Museologia Social.

E-mail: fpedrojardel@yahoo.com.br

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-9949-7157>.

**Resumo:** O artigo analisa a dimensão pública das narrativas da Coleção de História Oral do Museu da Imigração do Estado de São Paulo (MI) a partir da iniciativa “Histórias Compartilhadas”. Inserido no campo da História Pública, investiga como relatos de migrantes, especialmente nordestinos, são produzidos e difundidos por meio da Nova Museologia e Museologia Social no MI. A metodologia combina revisão bibliográfica, análise documental e História Oral, articulando memória e produção compartilhada. Argumenta-se que o acervo promove a construção coletiva de sentidos sobre a migração, ampliando o acesso ao conhecimento histórico. O museu atua como espaço de mediação entre diferentes vozes e temporalidades. Conclui-se que a iniciativa reforça o papel social dos museus ao valorizar memórias plurais e democratizar a história.

**Palavras-chave:** História Pública; História Oral; Migração; Memória; Museus.

**Abstract:** This article analyzes the public dimension of the narratives in the Oral History Collection of the Immigration Museum of the State of São Paulo (MI), based on the “Shared Histories” initiative. Situated within the field of Public History, it investigates how accounts from migrants, especially those from Northeast Brazil, are produced and disseminated through New Museology/Social Museology at the MI. The methodology combines bibliographic review and document analysis, Oral History, articulating memory and shared production. It argues that the collection promotes the collective construction of meanings about migration, broadening access to historical knowledge. The museum acts as a space for mediation between different voices and temporalities. It concludes that the initiative reinforces the social role of museums by valuing plural memories and democratizing history.

**Keywords:** Public History; Oral History; Migration; Memory; Museums.

História em Revista, Volume 31, n. 2, ago./2026, pg. 35 a 54

Artigo recebido em 16/05/2026. Aprovado em 22/07/2026

Dossiê História Pública: caminhos para a democratização do conhecimento já disponível

Publicação do Núcleo de Documentação Histórica da UFPel – Profa. Beatriz Loner

Disponível em <https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/HistRev/about>

## Introdução

O objetivo desse artigo é pensar a aproximação da História Pública com a Nova Museologia/Museologia Social e identificar ações compartilhadas/coletivas na produção de acervos para o Museu da Imigração do Estado de São Paulo (MI).<sup>1</sup> A História Pública apresenta-se como um campo diversificado e sofisticado; essa é uma definição feita pelas historiadoras Juniele Rabêlo de Almeida e Marta Gouveia de Oliveira Rovai (2013). Uma prática que demanda uma atuação dentro e fora da academia, e um desses espaços legítimos para fazer história na perspectiva pública é o museu. A questão que norteia esta análise foi inspirada na indagação feita por Almeida e Rovai (2013), se a história pública abrange políticas de conservação, restauração, exposição e visitação dos “lugares da memória”? Entretanto, para esse texto específico, delimito um pouco mais essa indagação, ou seja, é possível encontrar História Pública na produção de acervos do MI?<sup>2</sup>

O MI, nos últimos anos, tem reafirmado seu compromisso institucional frente às migrações a partir de projetos curatoriais colaborativos e promovendo a escuta de diversos sujeitos, como os “migrantes, refugiados, acadêmicos, ativistas, moradores do entorno, visitantes e instituições relacionadas à temática migratória”. De maneira específica, destaco a exposição, inaugurada em dezembro de 2025, cujo título também inspira o dessa análise: Migrar: histórias compartilhadas sobre nós. A amostra objetivava “ampliar vozes, narrativas e contextos para contemplar a diversidade de perspectivas que o assunto exige [...] aspectos como territórios e fronteiras; viagens; deslocamentos negros e indígenas; imigração no Brasil; migrações internas, diáspora brasileira” (Museu da Imigração do Estado de São Paulo, 2025).

Essa disposição de pensar a prática museológica numa nova perspectiva vem sendo implementada desde a reinauguração do MI, em 2014, e essa iniciativa foi o ponto de partida para pensar essa análise. Somado a isso, a partir da minha familiarização com os acervos da Instituição, desde a pesquisa para o doutorado, cheguei à conclusão de que a Coleção de História Oral seria fundamental no objeto de investigação e averiguação sobre possibilidade de identificar História Pública na produção de acervos do MI. Embora não consideremos, pode existir essa probabilidade também em outras atividades da Instituição. A presente análise mostra-se pertinente, pois ela preconiza a importância da discussão sobre a produção compartilhada coletiva do conhecimento histórico na interface da História Pública, História Oral e Nova Museologia/Museologia

<sup>1</sup> “O vocábulo museu, como se sabe, tem origem na Grécia, no Templo das Musas (Museíon). As musas, por seu turno, foram geradas a partir da união mítica celebrada entre Zeus (identificado com o poder) e Mnemósine (identificada com a memória). [...] os museus vinculados às musas por herança materna (matrimônio) são “lugares de memória”; mas, por herança paterna (patrimônio), são configurações e dispositivos de poder. Assim, os museus são a um só tempo: herdeiros de memória e de poder. Estes dois conceitos estão permanentemente articulados nas instituições museológicas” (Chagas, 2013, s.n.).

<sup>2</sup> Meu primeiro contato com o acervo do Museu da Imigração foi durante a pesquisa de doutorado; utilizei diversas fontes do acervo, como fotografias e a Coleção de História Oral, que é indispensável no desenvolvimento da tese de doutoramento, principalmente no intuito de analisar os migrantes como sujeitos históricos do processo migratório.

Social. Não obstante, o tema ainda não recebeu a devida atenção no âmbito acadêmico, permanecendo aquém da proporção que sua importância demanda.

### **História Oral, História Pública e a produção do conhecimento histórico**

Mais do que um gravador que registra as vozes dos indivíduos: “Fazer história oral significa, portanto, produzir conhecimentos históricos, científicos, e não simplesmente fazer um relato ordenado da vida e da experiência dos outros” (Lozano, 2006, p. 17). Para Lucília Almeida Neves Delgado, por meio das narrativas induzidas, é possível registrar e produzir fontes e documentos com múltiplas versões e interpretações sobre a história. Ainda conforme a historiadora, “a história oral é um procedimento, um caminho para produção do conhecimento histórico” (Delgado, 2010, p. 16). Diferente de outras fontes, para Alessandro Portelli (2014), a História Oral enfatiza mais os significados de um evento, a sua importância para aquela pessoa que está recordando, no intuito de compreender “o lugar onde se coloca a história da memória e a memória como fato histórico em si mesma” (Portelli, 2014, p. 15). E ainda, esse método nos possibilita ter acesso às memórias dos entrevistados e sua percepção dos fatos.

A perspectiva de memória que nos é apresentada por Portelli (2014), nos ajuda a perceber também as mudanças sutis que ocorrem ao longo do tempo e que afetam diretamente o modo de viver e de trabalhar das pessoas comuns. Nessa direção, Marta Gouveia de Oliveira Rovai, Lívia Moraes Garcia Lima, Igor Lemos Moreira (2025, p. 4) destacam que: “A memória, compreendida como processo vivo e coletivo, nos convoca a pensar a história como um espaço de construção colaborativa, perpassado por sua estrutura enquanto campo de disputas e significações em movimento”. Isto é, precisamos pensar a memória como um processo ativo e essencial na construção da identidade, que seleciona e está em constante reelaboração; ela funciona como uma maneira de interpretar e atribuir sentido às experiências vividas (Kotre, 1997).

O campo da História Pública, nas palavras das historiadoras Juniele Rabêlo de Almeida e Marta Gouveia de Oliveira Rovai (2013), não se trata apenas de ensinar e divulgar conteúdos históricos, mas engloba diversas disciplinas e recursos os quais nos possibilitam trilhar um novo caminho de conhecimento e prática, de como fazer histórias de maneira compartilhada. O intuito não é apenas pensar na preservação da cultura material e imaterial, mas como contribuir com reflexões para a comunidade sobre sua história, a correspondência entre passado e presente. Ou seja, buscar maneiras de tornar o passado útil para o presente. As próprias autoras ressaltam que, quando foram feitas as primeiras reflexões durante o *Curso de Introdução à História Pública* realizado na Universidade de São Paulo, em 2011, que se desdobrou no lançamento do livro *Introdução à História Pública*:



Buscava-se pensar a história pública como possibilidade de difundir o conhecimento histórico – de maneira responsável e integrada – para amplas audiências; por meio de arquivos, centros de memória, museus, televisões, rádios, editoras, jornais, revistas, organizações governamentais e não governamentais, consultoria, entre outros espaços (Almeida; Rovai, 2013, 1).

A perspectiva brasileira, nascente de História Pública, que tinha como horizonte as reflexões que vinham sendo realizadas nos Estados Unidos, segundo Almeida e Rovai (2013), sem abandonar a dimensão militante, vislumbrava novas preocupações, conforme as exigências sociais e tecnológicas. O conhecimento acadêmico passava a ser pensado na seara pública, como a diversidade de público e mídias; aqueles sujeitos localizados fora do ambiente acadêmico e suas vontades e discursos múltiplos se tornavam o centro dessas novas reflexões. A produção do saber, sem perder a seriedade e seu compromisso, podia ser expandida para fora da universidade. Para tanto, Almeida e Rovai (2013)<sup>3</sup> alertaram para a imprescindível pergunta que deveria ser feita na realização dessas práticas, ou seja, “como a academia pode, em seu interior e a partir de seus pressupostos, colaborar para gerar uma história mais humana e democrática fora dela”. Nessa direção, as historiadoras também sinalizaram um caminho:

Para que esses processos aconteçam, é necessário o estabelecimento de pontes entre o saber acadêmico construído e o trabalho não-científico, promovendo a divulgação histórica e o desenvolvimento de uma “história didática” que estimule a formação de uma “consciência histórica” ou uma história mais participativa e colaborativa com a comunidade fora do espaço universitário (Almeida, Rovai, 2013, p. 3).

Para Ricardo Santhiago (2016), a história feita para o público e com o público é uma história colaborativa; a autoridade compartilhada é algo central, pois essa incorpora histórias e memórias feitas pelo público. Dessa maneira, história e público abrangeriam a reflexividade e a autoreflexividade do campo. Isto é, pensar em História Pública é admitir a necessidade de uma autoria e autoridade compartilhadas. Ainda conforme o historiador, esse processo ocorre com o objetivo de “publicizar o conhecimento histórico, fomentar processos participativos de construção do saber e reconhecer a legitimidade discursiva de agentes que se narram de forma cada vez mais sonora e inventiva contra monopólios do passado” (Santhiago, 2018).

<sup>3</sup> “Falar de popularização das memórias e histórias não significou, em nenhum aspecto, a eliminação da ciência histórica, mas o estímulo a reflexões sobre a atuação dos intelectuais e profissionais técnicos junto a comunidades diferenciadas, numa ação interdisciplinar capaz de construir a educação histórica, conceituada por Jorn Rusen como aquela capaz de gerar a consciência e a formação histórica” (Rovai, 2025, p. 22).

## A Nova Museologia/ Museologia Social e as interfaces com a História Pública

Historicamente o movimento em prol da democratização da cultura, iniciado na França, em 1968, questionou os valores da sociedade burguesa e suas instituições, incluindo os museus. Em Paris, um grupo de profissionais criticou o museu tradicional devido à sua passividade (a contemplação passiva do público). Comumente, o espaço dessa instituição tinha o aspecto de templo, palácio; a coleção era composta pelo tesouro das elites, na contramão da consciência do valor social da cultura (Martins, 1997). O que estava sendo refutado era “o caráter elitista, restrito e reducionista das instituições museais e suas relações com o poder, de maneira geral” (Teixeira, 2022, p. 88).<sup>4</sup> Foi nesse contexto que a preservação do patrimônio natural e cultural passou a ser pensada de forma integrada. Uma visão antropológica que englobava a vida do ser humano, o meio ambiente e a participação dos cidadãos nortearam as discussões museológicas e o surgimento da Nova Museologia.

De maneira efetiva, o divisor de água no campo museal que deu origem ao movimento internacional para uma Nova Museologia foi a Declaração de Quebec (Canadá). Os temas ligados a essa perspectiva se espalharam pelo mundo nas décadas de 1980 e 1990, a exemplo de países como França, Inglaterra, Estados Unidos, México e Canadá.<sup>5</sup> Contudo, Mario Chagas e Inês Gouveia (2014) esclarecem que essa expressão, no decorrer dos anos, devido às diversas interpretações que lhe foram sendo atribuídas, perdeu força,<sup>6</sup> e a denominada museologia social ou sociomuseologia foi ganhando força após os anos de 1990. A novidade, dessa vez, eram os compromissos sociais que essa nascente perspectiva assumia e que se vinculava, especialmente no que diz respeito às dimensões científicas, políticas e poéticas, diferente de uma museologia conservadora. Na sua essência, conforme os autores:

A museologia social, na perspectiva aqui apresentada, está comprometida com a redução das injustiças e desigualdades sociais; com o combate aos preconceitos; com a melhoria da qualidade de vida coletiva; com o

<sup>4</sup> Ainda conforme Sidélia S. Teixeira (2022), essas críticas não foram algo inédito, pois elas já vinham ocorrendo desde o século XX.

<sup>5</sup> No âmbito da América Latina, o papel social, econômico e educativo dos museus foi discutido na Mesa Redonda de Santiago do Chile, realizada de 20 a 31 de maio de 1972. O evento foi crucial para os novos rumos da museologia. O evento foi organizado pelo Conselho Internacional de Museus (ICOM) e pela UNESCO. No Brasil, o setor museológico foi organizado com a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), em 1937, e do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), em 1970 (Bauer, 2014).

<sup>6</sup> Conforme a explicação dos autores: “arrefecido o calor da batalha dos primeiros anos, foi se estabelecendo gradualmente uma tendência de indistinção, de indiferenciação. Mesmo instituições conservadoras e clássicas passaram a incorporar o jargão e, em certos casos, determinadas práticas e metodologias da denominada nova museologia; o mesmo aconteceu com determinados profissionais, sem isso representar a adesão aos compromissos éticos e políticos que embasavam a nova museologia. A expressão virou moda e perdeu potência. E alguns daqueles que passaram a falar em nome da nova museologia passaram também a querer estabelecer regras definidoras do que é um novo museu, do que é um ecomuseu, do que é um museu comunitário, do que é um museu de território e, com isso, tentaram enquadrar a nova museologia no âmbito das práticas e procedimentos da museologia normativa” (Chagas; Gouveia, 2014, p. 13).

fortalecimento da dignidade e da coesão social; com a utilização do poder da memória, do patrimônio e do museu a favor das comunidades populares, dos povos indígenas e quilombolas, dos movimentos sociais, incluindo aí, o movimento LGBT, o MST e outros (Chagas; Gouveia, 2014, p. 17).

O poder da memória, que antes era responsável por constituir acervos personalistas e etnocêntricos, passa a ser colocado a serviço do desenvolvimento social “bem como na compreensão teórica e no exercício prático da apropriação da memória e do seu uso como ferramenta de intervenção social” (Chagas, 2013, s.n.). Os museus, nessa perspectiva, assumem o papel de agentes que servem e instrumentalizam indivíduos e grupos “para o melhor equacionamento de seu acervo de problemas” (Chagas, 2013, s.n.).<sup>7</sup> Desde então, o foco do museu não é mais o acúmulo de bens culturais, mas o processo de socialização dos bens, serviços e informações culturais. Em vez de acumular e preservar tesouros, o espaço do museu se torna um local de relação, estímulo para novas produções e convivência com a diversidade. Em síntese, para o museólogo, “é no polo população, com suas múltiplas identidades, que se encontra, a meu ver, o desafio básico do museu” (Chagas, 2013, s.n.).

Aquela contemplação passiva da exposição pelo público, antes questionada, usando as palavras de Marília Xavier Cury (2005, p. 34), dá lugar a uma nova “relação profunda entre o Homem e o Objeto”, ou seja, o público passa a acessar “a poesia das coisas”, mas também questiona a função do museu, interpreta e (re)interpreta os significados e os valores apresentados numa exposição. E é a nova maneira do museu apresentar os objetos que possibilita essa participação ativa do visitante.

A Nova Museologia e a Museologia Social, no entanto, não estão restritas apenas a um processo ativo de interação com o objeto exposto; não que isso seja menos relevante, mas elas possibilitam também a colaboração dos públicos na construção do conhecimento histórico. Na sua dissertação de mestrado, Thomas Félix Sousa Nizio (2023) demonstrou como o Museu Histórico Nacional (RJ) tem se conectado às demandas do público, integrando “os grupos sociais com suas histórias, patrimônio e referências culturais” por meio do diálogo e da coparticipação. Embora para o autor possam ocorrer certas tensões entre a “agência dos públicos” e o interesse dos especialistas do museu, é importante a negociação. Quando ela acontece, “os resultados são benéficos e coletivos, promovendo o pertencimento da comunidade, aprendizado social e emocional, além do desenvolvimento de novas habilidades práticas” (Nizio, 2023, p. 9). Porém, não é suficiente existir um trabalho coletivo; “é necessário que os públicos tenham uma agência para participação [...]. A agência, nesse contexto, implica sentir empoderamento e ter a capacidade de realizar ações com efeitos relacionados às intenções, exigindo que o agente veja um resultado desejado” (Nizio, 2023, p. 9); (Philip Pomper, 1996); (Emilie Sitzia, 2020).

<sup>7</sup> “Conforme o Estatuto Brasileiro de Museus – Lei n.º 11.904/2009, é considerado museu a instituição sem fins lucrativos que conserva, investiga, comunica, interpreta e expõe, para fins de preservação, estudo, pesquisa, educação, contemplação e turismo, conjuntos e coleções de valor histórico, artístico, científico, técnico ou de qualquer outra natureza cultural, aberta ao público, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento” (Padilha, 2014, p. 17).



No caso da instituição analisada por Nizio (2023), os funcionários do museu partiram da ideia do “coleccionismo engajado”, que inclui “uma abordagem colaborativa com comunidades civis organizadas [...] incluíram a realização de rodas de conversa com movimentos da sociedade civil e a condução de pesquisas coletivas nos acervos relacionados a esses grupos sociais. Inclusive, essa percepção vai ao encontro da ideia de Chagas (2013), sobre a museologia, que deve estar a serviço da vida. E é a partir dessa perspectiva de Museologia Social que buscamos identificar prática de História Pública nas ações do MI.

## Apresentação dos acervos do Museu da Imigração do Estado de São Paulo

O Museu da Imigração — sediado no edifício da antiga Hospedaria do Brás - localizado na Rua Visconde de Parnaíba, 1316 - Mooca - São Paulo – SP, tombado pelo *Conpresp* e pelo *Condephaat* —<sup>8</sup> teve sua construção finalizada no ano de 1888.<sup>9</sup> Após um restauro completo, em 2014, foi reinaugurado e reabriu suas instalações com um plano museológico renovado, conforme a apresentação feita pela Instituição: “o Museu da Imigração tem como finalidade compreender e refletir o processo migratório a partir da história das 2,5 milhões de pessoas, de mais de 70 nacionalidades, que passaram pelo prédio entre os anos de 1887 e 1978 (Museu da imigração do Estado de São Paulo, 2023). Vale ressaltar também, o grande contingente de migrantes nordestinos que passou pela Hospedaria de Imigrantes. Além disso, tem focado nas migrações mais recentes, e não apenas naquelas do passado mais distante. O Museu parte da compreensão de que é “no entrelaçamento dessas memórias que se encontra a oportunidade única de compreender e refletir o processo migratório. Ao valorizar o encontro de múltiplas histórias e origens” (Museu da Imigração do Estado de São Paulo, 2020).

O acervo do Museu da Imigração é amplo e diversificado, composto por objetos, registros textuais e iconográficos, publicações e relatos obtidos por meio da História Oral (entrevistas). A seguir apresentamos como as coleções são organizadas e subdivididas.

Nomeada de **Coleção Museológica**, esse é um acervo composto por alguns objetos que pertenceram às instituições que funcionaram no recinto da antiga Hospedaria de Imigrantes do Brás ou doados pelos próprios migrantes, imigrantes e familiares. Dentre esses itens constam bagagens, objetos domésticos e de trabalho,

<sup>8</sup> (Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo) o *Conpresp* é responsável por proteger o patrimônio histórico e cultural da capital paulista. Já o *Condephaat* (Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo), a instituição cuida da preservação, proteção e valorização do patrimônio cultural material e imaterial paulista.

<sup>9</sup> Quando foi construída, no fim do século XIX, a Hospedaria tinha a capacidade para receber cerca de 3 a 4 mil pessoas. Todavia, em determinadas épocas, abrigavam cerca de 8 mil hóspedes. Entre os serviços sanitários e médicos oferecidos pela Hospedaria, constavam creches para as crianças e enfermarias nas quais os migrantes eram internados. Após os exames médicos, os (i)migrantes eram enviados às fazendas para atender à demanda de mão de obra de fazendeiros paulistas (Museu da Imigração do Estado de São Paulo, 2020).



documentos pessoais e vestimentas. O acervo também possui uma **coleção bibliográfica** composta por livros, periódicos catálogos, filmes e conteúdos eletrônicos sobre migração e temas relacionados ao processo migratório.

Já o **Acervo Digital**, além de uma diversidade de documentos, oportuniza a acessibilidade, pois está disponível em um banco de dados online, no qual são disponibilizadas as cópias dessa documentação. A seção é organizada da seguinte maneira: *registro de matrículas*, em que o público pode encontrar, por meio do sobrenome, a documentação que comprova que o (i)migrante passou pela Hospedaria. Os dados fazem referência à data da chegada na instituição, à idade, aos familiares que o acompanhavam, entre outras informações.

As *Cartas de Chamada* compõem uma documentação com cerca de 32 mil exemplares, composta por cartas e formulário que facilitavam a entrada dos estrangeiros que vieram trabalhar no Brasil, pois era uma maneira de comprovar a existência de familiares ou outro responsável que arcaria com as despesas com passagem e alimentação do imigrante. O subsegmento *cartográfico* é composto por mais de 2.800 arquivos, entre eles, um conjunto de mapas, plantas das colônias, loteamentos, edificações, sendo alguns pertencentes à própria Hospedaria de Imigrantes. As pesquisas sobre imagens podem ser realizadas no item *Iconográfico*, em que são disponibilizadas fotografias dos imigrantes, migrantes, da viagem e da Hospedaria, e cartões postais.

Em *Requerimentos da Secretária da Agricultura, Comércio e Obras Públicas*, são disponibilizados os documentos elaborados pelos migrantes com o intuito de obter a restituição das despesas, ou antecipação, referentes ao transporte para o Brasil. Em outra subseção, nomeada de *Jornais*, encontram-se cerca de 2 mil edições de jornais de colônias de imigrantes no Brasil, a maioria em língua materna do grupo, que circularam entre os anos de 1886 e 1987. E, finalmente, em *Lista Geral de Passageiros para o Porto de Santos*, consta uma relação de nomes de imigrantes que embarcaram, maiormente nos portos europeus, com destino ao Porto de Santos. Podem ser identificadas nessa documentação referências, como nacionalidade, informações sobre parentescos, sexo, estado civil, profissão, idade, religião, escolaridade, dados do passaporte, origem e destino.

O acervo da **Coleção de História Oral**, iniciado em 1993, é composto por mais de 500 entrevistas realizadas com imigrantes e migrantes e seus descendentes e busca registrar, pois continua sendo ampliado no momento, as trajetórias de vida de pessoas que inter cruzaram as histórias das migrações no Brasil. O arquivo oral é disponibilizado em forma de gravação em vídeo, áudio e transcrição (em alguns arquivos constam fotografias). Ao fazer referência à coletânea, o Museu afirma que compreender as histórias das migrações é, essencialmente, a história de pessoas escrita por elas próprias. O que nos possibilita interpretar o caráter participativo e compartilhado na publicação dessas histórias.

## História Pública no Museu da Imigração: o conhecimento construído coletivamente

Quando falamos de História Pública, o que está em jogo é o compartilhamento sobre as representações do passado. Nesse sentido, é preciso que se privilegie o contato, a troca de informações e as constantes (re)interpretações históricas realizadas pelos sujeitos envolvidos. Para Almeida (2016), o comprometimento deve ocorrer de maneira dialógica, sem perder de vista o produto. É fundamental ligar os cocriadores ao processo de criação do conhecimento que será compartilhado, de maneira que sua construção seja desenhada coletivamente. Baseado nessa perspectiva, busco destacar a História Pública em produção no Museu da Imigração, ou seja, aquela prática realizada de maneira coletiva que pode ser reconhecida como conhecimento histórico público.

Essa cooperação e produção podem ser identificadas em diversas atividades do MI, mas enfatizaremos a **Coleção de História Oral**, pois consideramos a pertinência desse acervo na sua interface com a História Pública e a Museologia Social. Nessa perspectiva, Santhiago (2018) realça que a História Pública oferta uma possibilidade de conciliação entre a comunicação no âmbito pessoal e íntimo da entrevista realizada por meio da história oral e a comunicação social que as mídias sociais viabilizam ao difundirem os saberes históricos a audiências mais amplas. Marta Gouveia de Oliveira Rovai; Lívia Morais Garcia Lima e Igor Lemos Moreira (2025, p. 28) destacam, nesse sentido, que: “O encontro entre História Pública e História Oral não apenas amplia as possibilidades metodológicas e narrativas, mas reposiciona o papel do/a historiador/a como agente colaborativo/a, sensível e engajado/a na escuta ativa e na construção conjunta de sentidos históricos”. Sendo essa uma das condições para que a produção histórica tenha caráter público, um conhecimento que se desenvolve em mão dupla, como enfatizou Carlos Eduardo Pereira de Oliveira (2023). Sobre o papel das mídias sociais enfatizado por Santhiago (2018), destaco a divulgação realizada pela página eletrônica (*site*) do MI, em que as histórias dos migrantes, narradas por eles por meio das entrevistas realizadas pelos funcionários do MI são disponibilizadas.

Os movimentos da Museologia Social, como da História Pública, preconizam a participação coletiva ou compartilhada na produção do conhecimento histórico. Os próprios funcionários do MI evidenciam esse entendimento ao fazerem referências à Coleção de História Oral. Nessa direção, eles expressaram que sentiram a necessidade de narrar as trajetórias dos migrantes, suas memórias, “mostrando traços da complexidade desses processos e a possibilidade de cada um escrever a própria história (Museu da Imigração do Estado de São Paulo, 2023) (grifo do autor).

Nessa direção, a História Oral, conforme a compreensão de Rovai et al. (2025, p. 4), assume um viés metodológico “(ou um projeto)” para proporcionar escuta “(não dar voz)”, mediando a construção dos sentidos históricos. Essa conflui com a História Pública, e aqui acrescentamos a Museologia Social, “tomando como ponto de partida a reflexão mais conceitual para pensar os projetos e fomentar uma produção historiográfica construída em diálogo, ampliando vozes e fronteiras e assumindo, com sensibilidade e responsabilidade, sua função social na contemporaneidade (Rovai et al. 2025, p. 6).



No que tange à discussão sobre os arquivos e a História Pública, Almeida e Rovai (2013) salientam que a criação e a disponibilização de informações são viabilizadas pelas novas mídias, como a internet. No caso do trabalho realizado pelo MI, além do conteúdo publicado no sítio institucional, existe a preocupação de proporcionar a possibilidade de compartilhamento direto dos seus conteúdos com outras redes sociais por meios de ícones, como Facebook, X e WhatsApp. O que é importante, pois a História Pública não deve ser entendida apenas como divulgação, mas a democratização da sua produção também pode ser levada em consideração (Almeida; Rovai, 2013).

### **A voz dos que migram: brasileiros que passaram pela hospedaria dos imigrantes**

Nesta seção analiso como a Coleção de História Oral, composta pelo acervo de entrevistas realizadas com os migrantes desde a década de 1990 até os dias atuais, o MI convidou migrantes nordestinos para narrarem suas trajetórias de vida, as entrevistas foram conduzidas por um funcionário do Museu e tem duração de 30 a 60 minutos, tendo um roteiro previamente definido, sendo gravadas em formato de áudio, sendo esse último e a transcrição disponibilizada para o público na endereço eletrônico da Instituição.<sup>10</sup>

revela o caráter público das histórias das migrações, ou seja, como os próprios sujeitos que justificam a existência do MI são integrados ao processo de construção de uma museologia colaborativa. Nessa perspectiva, a “memória [dos migrantes] configura-se como uma forma de interpretar e atribuir sentido às experiências vividas” (Rovai et al. 2025, p. 6).

Foi a partir da Mostra (exposição) *Brasileiros na Hospedaria* com o objetivo de apresentar ao público a temática da presença brasileira na Instituição, extrapolando a ideia genérica de migrações internas, que foram notadas algumas ausências relacionadas aos migrantes. Partindo do entendimento de que a Hospedaria de Imigrantes do Brás é também das brasileiras e dos brasileiros, o MI entendeu que:

As histórias invisibilizadas estão por toda parte. É necessário modificar o olhar para redimensionar o que sempre esteve à nossa vista. Os registros da Hospedaria de Imigrantes do Brás indicam que a maior parte das pessoas abrigadas no edifício nasceu no Brasil. Desde o final do século XIX até o encerramento de suas atividades na década de 1970. [...] A sua história não poderia ser outra.

A presença dos migrantes na Hospedaria, para os responsáveis mais recentes do MI, era sub-representada nas amostras da instituição, por isso, a ideia de *Brasileiros na Hospedaria*, realizada em 2014. Os brasileiros podiam ser encontrados nos

<sup>10</sup> Coleção de História Oral [entrevistas]. Disponível em: <https://museudaimigracao.bnweb.org/bnportal/pt-BR/search?exp=Hist%C3%B3ria%20Oral&filter=%7B%22exp%22:%5B%22%5C%22DVD%5C%22%2Ftipo%22%5D%7D>.

documentos, como nas matrículas, lista de bordo, requerimentos e fotografias, entre outros, mas “suas histórias eram pouco faladas e conhecidas. Esse apagamento já nos diz bastante sobre a dificuldade de nos olharmos e nos reconhecemos como um povo, na sua diversidade e tensões inerentes” (Museu da Imigração do Estado de São Paulo, 2020). Um dos fatores que justifica essa invisibilidade é o emprego do termo imigrante, que era atribuído àquelas pessoas vindas de outros países. No caso dos nacionais, não era usada uma denominação específica, como é empregado atualmente, migrantes. Historicamente, os migrantes brasileiros, na maioria nordestinos, não tiveram seu papel reconhecido no processo de desenvolvimento do Estado de São Paulo; ao contrário, enfrentaram diversos preconceitos, como o geográfico e até racial.<sup>11</sup> Sobre a presença dos migrantes, os dados indicam que,

entre 1827 e 1959, entraram no estado de São Paulo, pelo porto de Santos ou por via férrea e rodoviária, 5.262.700 migrantes nacionais e internacionais. Desses, 2.421.817 constam como “brasileiros”, representando 41% das entradas ocorridas naqueles 132 anos, taxa bastante alta para um período que inclui aquele que é lembrado, muitas vezes, apenas pelo intenso fluxo de migrantes internacionais (1890 - 1920) (Museu da Imigração do Estado de São Paulo, 2023).

A partir de 1930, a presença de brasileiros foi maior nos registros da Hospedaria, expressivamente vindos de diversos estados, como Bahia, Minas Gerais, Pernambuco, Alagoas e Ceará. Os nacionais passavam pela Hospedaria desde o século XIX.

Nessa conjuntura, é importante ressaltar que a migração interna para São Paulo foi incentivada a partir de 1935, segundo Odair da Cruz Paiva (2004), em decorrência da falta de braços que assolava a agricultura. Nesse período foi criada a Inspetoria do Trabalhador Migrante (ITM) e a política de subsídio de mão de obra (despesas com a viagem do trabalhador) foi retomada pelo governo de Getúlio Vargas. Outro aspecto que chama atenção nesse contexto é o papel dos migrantes no desenvolvimento do Estado de São Paulo: “Ninguém nega que São Paulo deve grande parte de sua riqueza ao trabalho dos nordestinos. Muitas das fazendas do interior foram abertas e mantidas pelo braço de cearenses, baianos, pernambucanos” (Ferrari, 2005, p. 106).

O projeto *As Histórias Invisibilizadas* evidenciaram as tratetórias dos migrantes por meio do acervo (Coleção de História Oral), o que foi um passo fundamental. Em conformidade com a proposta da gestão do MI, desde 2022, “a equipe de pesquisa vem desenvolvendo, [...], o projeto de pesquisa “Migrações Internas”, que busca coletar novas entrevistas com vistas a entender a experiência de pessoas migrantes de nacionalidade brasileira, originárias de outros estados ou municípios que não São Paulo” (Museu da Imigração do Estado de São Paulo, 2023). Conforme foi constatado: “A sub-

<sup>11</sup> Ver sobre em: PEREIRA, Pedro Jardel Fonseca. **Entre o Nordeste e São Paulo**: as travessias dos migrantes nordestinos, o controle da mobilidade e o enfrentamento da insegurança estrutural (1930-1960). Tese (doutorado), Universidade Federal de Juiz de Fora, Instituto de Ciências Humanas. Programa de Pós-graduação em História. 2025 (Pereira, 2025).

representação desse grupo se reflete na atual coleção de história oral: dentre as 579 entrevistas catalogadas, pudemos identificar apenas 16 (2%) de migrantes internos ou de antigos funcionários que tratam da presença desse grupo social na Hospedaria” (Museu da Imigração do Estado de São Paulo, 2023). Nesse trecho, é possível perceber que os funcionários do MI notaram que existia uma defasagem de informações, nos relatos orais sobre as migrações internas. O que foi importante no sentido de repensar alternativas por meio da própria História Oral, “buscando contribuir cada vez mais para a construção de uma memória das migrações que não apague a presença dessa importante parcela da população em movimento” (Museu da Imigração do Estado de São Paulo, 2023). O que não seria possível ser (re)escrito sem a coautoria dos migrantes.

### **“A voz dos que migraram”: as narrativas de si e a escrita da própria história**

As entrevistas que compõem o acervo da Coleção de História Oral evidenciam as lacunas que existiam, até então, na história da migração e que somente aqueles que a vivenciaram poderiam sanar. São aspectos de vida que outros documentos da Hospedaria não suprem, muitos deles relacionados ao próprio cotidiano da viagem, meios de transportes utilizados para chegar a São Paulo, os caminhos percorridos, as condições da viagem, alimentação, o tempo de duração do percurso, as motivações da migração, as triagens médicas (exames) realizados pelo serviço de migração. Além de dados sobre a chegada e o frio paulista, que assustava muitos migrantes despreparados para aquele clima, o papel das redes de sociabilidades entre os migrantes e a vida depois da chegada a São Paulo. É importante esclarecer que não iremos analisar o conteúdo das entrevistas; buscamos evidenciar os temas que surgiram dessas narrativas, ausentes em outras fontes, e como a migração foi narrada pelos migrantes, nomeadamente os eventos e fatos que escolheram enfatizar. Nesse processo, aqueles que antes eram reduzidos aos dados de controle da Hospedaria, mais que um nome ou um número,<sup>12</sup> passam a ter uma identidade.

A História Oral possibilita o acesso às informações sobre a vida dos migrantes depois que eles eram enviados, pelo serviço de migração da Hospedaria, para os locais de trabalho. O migrante Raimundo da Cunha Leite, por exemplo, aos 48 anos, formou-se em Direito, foi prefeito de São Caetano e atuante na Sociedade Beneficente Brasil Unido, que oferecia suporte para os nordestinos recém-chegados a São Paulo. Antônio Rosendo de Araújo, após a chegada, casou-se, trabalhou como servente em um hospital em São Paulo, depois estudou enfermagem e aposentou-se na profissão. A baiana Ana Rita de Souza, após a chegada, casou-se com um filho de fazendeiro de café, morto durante a Revolução de 1932, criou os filhos sozinha, entrou para a Umbanda, onde se tornou uma autoridade religiosa como mãe de santo. Essas informações passam a integrar as histórias das migrações, numa dinâmica de produção compartilhada entre o trabalho dos funcionários do museu e os migrantes.

As histórias narradas pelos migrantes também evidenciam aspectos, como as motivações que levavam o sujeito a decidir pela migração; entre os fatores estava a busca

<sup>12</sup> Depois que chegavam à hospedaria, os migrantes eram cadastrados pelo sistema da instituição e recebiam um número de identificação, com o qual passavam a ser identificados.



por melhores condições de vida. O que é fundamental, pois algumas fontes como a imprensa e a literatura<sup>13</sup> defendem a ideia que do deslocamento baseado na fuga da seca e da fome no Nordeste, e São Paulo como local de atração de trabalhadores devido ao seu desenvolvimento econômico.<sup>14</sup> O que contribui para reduzir o papel desses sujeitos. A migração nesse contexto também deve ser compreendida na perspectiva da *reprodução social das famílias do nordeste* que migraram para São Paulo por um determinado período (colheita) e retornavam para sua terra natal, podendo voltar no ano seguinte (Fontes, 2002). Isto é, além daqueles que se estabeleceram em São Paulo.

As redes de informações e solidariedade eram alimentadas pelos nordestinos, muitas vezes, acolhidos pelos contemporâneos ao chegar a São Paulo ou pelos familiares, como indicou a entrevistada Antônia Rosendo de Araújo. Inclusive, geralmente, não era facultado aos trabalhadores escolherem o local (fazenda) para o qual seriam destinados, com a exceção daqueles que já possuíam familiares naquela localidade. Logo, as redes familiares tinham um importante papel nesse processo. Os migrantes eram enviados, geralmente, a pedido dos fazendeiros, mas muitos desses trabalhadores também objetivavam empregadores que pagavam melhores remunerações, às vezes previamente indicados por um parente. Nessa época, não era incomum os migrantes descerem do trem na Estação Roosevelt e saírem correndo para fugir do controle do serviço de migração da Hospedaria, no intuito de ficarem livres para escolher o próprio destino (Pereira, 2025).<sup>15</sup>

Em relação aos meios de transporte utilizados pelos migrantes, os relatos orais também são fundamentais para conhecermos a dinâmica dessas viagens, que nem sempre eram realizadas apenas num único tipo de veículo.<sup>16</sup> O percurso, às vezes, era iniciado de caminhão pau de arara, trem ou mesmo a pé até um determinado local. Juazeiro, na Bahia, por exemplo, durante décadas foi ponto de embarque de pessoas com destino à cidade de Pirapora, no norte de Minas Gerais. Os migrantes não viajavam de primeira classe; às vezes, junto à carga transportada, inclusive com animais, dormiam em redes misturados homens, mulheres e crianças. O trajeto poderia durar semanas, a depender das condições de navegação do rio; as bancas de areia, muitas vezes, encalhavam os barcos. Os relatos também indicam que o cotidiano da travessia era marcado por conversas, brincadeiras, desavenças, amizades e até mesmo namoros.

A chegada em Pirapora era marcada pela triagem médica, que era realizada pelo serviço de migração. Ser aprovado no exame era a condição para o migrante receber a

<sup>13</sup> Ver sobre em: (Pereira, 2025).

<sup>14</sup> Conforme Fontes (2002, p. 65), “a supervalorização dos fatores econômicos acaba por menosprezar o papel dos próprios migrantes enquanto agentes envolvidos nesse processo”. Ver mais em Pereira (2025); Fontes (2002); Paiva (2004).

<sup>15</sup> Aqueles que recebiam “a passagem de graça” do serviço de migração, subsídio do governo, depois do desembarque na Estação Roosevelt em São Paulo, os trabalhadores permaneciam na Hospedaria de Imigrantes sem liberdade de ter contato com a rua, até o momento de ser enviado às fazendas (Pereira, 2025).

<sup>16</sup> A organização dessas viagens tinha dinâmicas diferentes. Às vezes, o transporte ficava sob a responsabilidade do recrutador de mão de obra, função comum naquela época, mas também os próprios formavam grupos e alugavam um veículo para o percurso desejado (Pereira, 2025).

passagem de graça no trem até São Paulo. Os retidos precisavam buscar outras alternativas para seguir a viagem ou permanecer na região, onde procuravam trabalho. A título de contextualização, os citados exames médicos eram uma exigência do Conselho de Imigração e Colonização. Esses profissionais deveriam recrutar apenas os migrantes saudáveis, aqueles que fossem aptos para ser empregados como mão de obra. Para o migrante Raimundo da Cunha Leite, predominava a ideia de que os nordestinos eram pessoas doentes, devido às condições sanitárias da região, alimentação precária e outras.

Abordei o assunto das triagens médicas na tese de doutorado, onde constatei que existiam dois postos de exames médicos no norte de Minas, sendo um em Pirapora e outro em Montes Claros.<sup>17</sup> Ambos foram responsáveis pela retenção de milhares de trabalhadores na região por motivos de saúde, deficiência física, mulheres que migraram sozinhas, entre outros. O próprio Raimundo da Cunha Leite menciona outros migrantes concentrados em Pirapora, impedidos de viajar. Esse mesmo processo era repetido após a chegada à Hospedaria de Imigrantes, em São Paulo. Muitos trabalhadores avaliados como inaptos ao trabalho eram devolvidos para Montes Claros na época.<sup>18</sup>

O caminhão pau de arara costumava ser o meio de transporte mais comum utilizado pelos migrantes, e o percurso diversificava bastante. Alguns grupos chegavam a Juazeiro de caminhão pau de arara, outros pela linha férrea, de trem. De Pirapora e Montes Claros, a viagem até São Paulo era de trem, três dias, geralmente, de viagem. Nas entrevistas foram citados alguns grupos que optavam pelo percurso da sua terra natal a São Paulo de caminhão pau de arara, a trajetória poderia durar oito dias ou mais. Os veículos eram cobertos com uma lona para proteger do sol e da chuva; os bancos eram improvisados com tábuas de madeira. O trajeto também era realizado de ônibus, principalmente a partir da década de 1950, como no exemplo citado por Iracema Souza. Em comum, as narrativas enfatizam as péssimas condições das viagens; a higiene pessoal era improvisada e a alimentação restrita àquela que conservava por um período maior, como as farofas.

A Coleção de História, utilizando as palavras de Rovai (2023), “colabora na implosão de estruturas fechadas e concepções restritas” dentro do museu, diante de uma história de apagamentos, e aqui destaco a questão da presença das mulheres nas migrações. Roberto Marinucci (2007) já tinha alertado sobre o papel das mulheres nesse contexto, pois não são apenas os homens que migram. Nesse sentido, é fundamental não só questionar essas ausências, mas colocar em prática, como fez o MI, uma história pública participativa e de valorização das diferentes autoridades compartilhadas.

O acervo de História Oral destaca-se, no caso das migrações internas, não só em relação aos registros das histórias e memórias das mulheres, mas também pelo fato de elas serem a maioria a contribuir na composição do acervo. Um detalhe interessante

<sup>17</sup> Ver Pereira (2025). Inclusive, essa seleção médica, tinha uma forte influência da eugenia.

<sup>18</sup> “Em São Paulo, porém, não se desejam incapazes e nem aqueles que sofrem qualquer moléstia suscetível de contágio. Por esse motivo, aqui se acha [Montes Claros] o médico da empresa de imigração a examinar os candidatos à passagem e o auxílio para o êxodo” (Pereira, 2025).

que também constatamos durante a pesquisa de doutorado é que as migrantes são mencionadas nas fontes sobre migração como esposas, filhas e parentes, quase sempre sem um nome próprio. No acervo fotográfico do MI, essas mulheres aparecem de maneira genérica, também sem uma identidade própria. O que, em parte, foi resolvido pela História Oral, pois essas mulheres se apresentam, falam de si mesmas, narram fatos e suas próprias percepções das histórias das migrações, selecionam e constroem elas mesmas as memórias compartilhadas.

As histórias que compõem as entrevistas são narradas por mulheres que, desde a infância, enfrentaram a dura realidade do trabalho em família, colaborando com a mãe nos afazeres domésticos e com o pai no labor pesado da agricultura ou da carpintaria, a exemplo de dona Maria Afonso. A migrante, ainda jovem, ajudava a serrar a madeira que era usada na confecção de caixões mortuários. Para escapar do controle paterno, Marinalva Santos Lima fugiu de casa para casar com o pretendente da sua escolha. Após migrar para São Paulo, emigrou para o Paraguai, de onde retornou para aquele estado. Iracema Souza enfrentou a atitude racista da sua família, que não aceitou seu namorado por ser um homem negro, e foi penalizada com o afastamento dos familiares após o casamento.

Enquanto Hortelina de Lima Paiva narrou que, após alguns anos morando em São Paulo, o marido passou a reproduzir o mesmo preconceito que os nordestinos enfrentavam naquele estado. Não aceitava visitar sua terra natal, rejeitava até mesmo a culinária regional. Já Maria Afonso da Silva discorreu sobre o marido que gostava de frequentar festas, dançar e beber; teve que trabalhar sozinha para criar os 12 filhos. Iracema de Souza contestava o marido, não aceitava suas imposições, enquanto Ana Rita de Souza teve que lidar com as ameaças de violência da sogra. Embora chamem atenção as atitudes reativas dessas mulheres, o contexto também demonstra os indícios do comportamento masculino que buscava controlar a liberdade dessas mulheres.

As narrativas orais, no entanto, revelam múltiplas características da vida dessas mulheres, tornando suas histórias repletas de desafios, mas também as humanizam, revelam elas mesmas suas identidades, bem diferente da representação do migrante “flagelado da seca” que pode ser encontrado, na imprensa, na literatura<sup>19</sup> e no imaginário do passado [atual]. Maria Afonso, por exemplo, não deixou escapar que, na sua juventude, gostava de tocar caixa e dançar; Iracema Souza apreciava cantar e vestir roupa curta, para isso precisava driblar a vigilância da mãe. Maria Rosendo também é apaixonada pela música, lembrou que cantava durante a viagem até São Paulo, e entoou a canção “Índia” para a entrevistadora do MI. Ana Rita enfatizou o exercício do sacerdócio na Umbanda, como mãe de santo. Como é possível notar, suas vidas não cabem nos estereótipos de mãe, filhas, domésticas ou qualquer outra tentativa de reduzir suas existências.

<sup>19</sup> Destaco o livro “Seara Vermelha”, de Jorge Amado. O literato baiano representa a mulher migrante de maneira sensualizada, explorada e vítima das circunstâncias da seca do nordeste e da viagem para São Paulo. Ver mais em Pereira (2025).

## Considerações finais

O percurso que perpassa pela Museologia Social, História Pública e História Oral é um desafio para pessoas [profissionais] envolvidas nesse processo de produção coletiva do conhecimento histórico. Meu papel nesse artigo, talvez tenha sido um pouco mais confortável em relação a quem está no campo da museologia, pois assumi a função de refletir sobre a importância do produto, mas também dos coprodutores de uma história pública na composição do acervo da Coleção de História Oral do MI. E é isso que a História Pública tem proposto, ou seja, abrir o leque de possibilidades para o historiador, mas ela também questiona seu lugar de autoridade exclusiva e o instiga a compartilhar com outros autores a construção do conhecimento histórico. Isto é, reconhecer outras formas de produção do conhecimento fora dos muros da academia. E, nesse aspecto, Rafael Castro (2024, p. 24) faz uma observação que exemplifica bem nosso caminho nesse texto: “talvez a história profissional e disciplinada tenha, de forma mais evidente [sic. percebido] que possui ingerência limitada sobre aqueles saberes históricos que circulam na sociedade e que não são frutos de seu trabalho metódico”. Mas também é preciso destacar que essa parceria pode render frutos para ambos.

O museu, como outros espaços de memória, é considerado pela História Pública como um destacado local difusor do conhecimento histórico para amplas audiências, e a Museologia Social pode ser uma importante aliada nesse processo de reorganização do trabalho museológico. Nessa direção, a História Pública, a Museologia e a História Oral aproximam-se dos temas vividos e conectam as experiências dos sujeitos históricos, os migrantes. Ao analisar as práticas do MI, constatei que, nos últimos anos, a direção e os funcionários têm trabalhado no intuito de colocar em prática a museologia social. Nessa direção, a própria instituição buscou questionar sua função em relação às migrações internas, o que possibilitou identificar as ausências, restrições e reduções relacionadas às memórias dos migrantes brasileiros no espaço institucional, como no caso da amostra *Brasileiros na Hospedaria*.

Na constituição do acervo da Coleção de História Oral, foi novamente notada a sub-representação dos migrantes, pois das 579 entrevistas que compõem o arquivo, apenas 16 são de brasileiros, sendo alguns funcionários da Instituição. O restante são imigrantes estrangeiros. E, para os representantes do MI, esse apagamento sinalizava a dificuldade de reconhecermos a diversidade e as tensões que compõem a formação do povo brasileiro. Por outro lado, para o migrante, principalmente nordestino, como foi mencionado pelo MI, “é recorrente observarmos atitudes e expressões preconceituosas em relação às pessoas provenientes de alguns estados do Brasil e a utilização de termos como *invasão* para se referir às entradas de nacionais no território paulista” (Museu da Imigração do Estado de São Paulo, 2023) (Grifo do MI). O que, em parte, explica essa ausência de notoriedade.

Ao comprometer-se com uma perspectiva que tem como foco a socialização dos bens, serviços e informações culturais, o MI adota uma postura de agente que tem como papel instrumentalizar os indivíduos e grupos, estimular novas produções sobre as diversidades e as múltiplas identidades da população. Quando a Museologia Social e História Pública se aproximam, por meio da utilização do poder da memória, permite-



se produzir transformações sociais, reduzir as desigualdades sociais, fortalecer a dignidade humana e combater os preconceitos, tudo isso em favor das comunidades populares.

Por meio da constituição da Coleção de História Oral, o MI coloca em prática o “coleccionismo engajado” e traz para dentro do museu os migrantes, antes invisibilizados, e possibilita que eles contribuam com a construção do conhecimento histórico por meio do acervo de entrevistas. Eles não só se veem representados, mas têm a oportunidade de escolher construir eles mesmos as narrativas que os representam. Aqui lembramos Portelli (1997), quando o autor sublinha que a História Oral continuamente lança nova luz sobre áreas inexploradas do cotidiano das classes não hegemônicas. Nenhuma outra fonte, adverte Portelli (1997), possui na mesma medida a subjetividade do sujeito expositor, e essa constitui um precioso elemento. E ainda, a fonte oral tem outra característica importante, que é o fato de ela referir-se não apenas aos feitos do povo, mas ao que eles queriam fazer, ao que pensavam estar realizando e ao que agora acreditam que fizeram.

Ao contrário de outros documentos dos acervos, a trajetória de vida dos migrantes narrada pela oralidade ganha aspectos humanizados e poéticos (a poesia das coisas), para lembrar Cury (2005). O MI também não restringe a história dos migrantes a uma gaveta de um armário de arquivo. Em tempos de tecnologia digital, é feita a divulgação histórica desse conteúdo de maneira acessível e didática por meio das transcrições, áudios e vídeos no endereço eletrônico da Instituição.

## Referências

ALMEIDA, Juniele Rabêlo de. Práticas de história pública: o movimento social e o trabalho de história oral. In: ALMEIDA, Juniele Rabêlo; MAUAD, Ana Maria; SANTHIAGO, Ricardo (org.). **História pública no Brasil**: sentidos e itinerários. São Paulo: Letra e Voz, 2016. p. 47-56.

ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira. História pública: entre as políticas públicas e os públicos da história. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 27., 2013, Natal. **Anais**. Disponível em: <http://anpuh.org.br>. Acesso em: 22 abril de 2026.

BAUER, Jonei Eger. **A construção de um discurso expográfico**: Museu Irmão Luiz Godofredo Gartner. Florianópolis: UFSC, 2014. <https://share.google/jwKjfq2frptwf9vjI>. Acesso em: 23 fevereiro de 2026.

“**Brasileiros na Hospedaria**: Uma maioria negligenciada”. Disponível em: (<https://museudaimigracao.org.br/blog/conhecendo-o-acervo/brasileiros-na-hospedaria-uma-maioria-negligenciada>). Acesso em: 28 janeiro 2023.

“**Brasileiros na hospedaria**: relatos orais – a voz dos que migraram”. Disponível em: <https://museudaimigracao.org.br>. Acesso em: 22 janeiro de 2026.

CHAGAS, Mario. Memória e poder: contribuição para a teoria e a prática nos ecomuseus. In: CARBOGIN, Maria Leinad Vasconcelos (org.). **Memória viva de Icapuí**. Fortaleza: Fundação Brasil Cidadão, 2013. p. 20-29. Disponível em: <https://share.google/sFAH33aRejWRieXzk>. Acesso em: 10 março de 2026.

CHAGAS, Mario; GOUVEIA, Inês. Museologia social: reflexões e práticas. **Cadernos do CEOM**, v. 27, n. 41, 2014. Disponível em: <https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rcc/issue/view/168>. Acesso em: 11 fevereiro de 2026.

**Coleção de História Oral** [entrevistas]. Disponível em: <https://museudaimigracao.bnweb.org/bnportal/pt-BR/search?exp=Hist%C3%B3ria%20Oral&filter=%7B%22exp%22:%5B%22%5C%22DVD%5C%22%2Ftipo%22%5D%7D>. Acesso em: 22 fevereiro de 2026.

CURY, Marília Xavier. **Exposição**: montagem e avaliação. São Paulo: Annablume, 2005.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **História oral**: memória, tempo, identidades. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

CASTRO, Rafael Dias de. Teoria da história, história pública e a função social do historiador. **Boletim do Tempo Presente**, v. 13, n. 4, p. 9–33, 2025. Disponível em: <https://periodicos.ufs.br/tempopresente/article/view/22377>. Acesso em: 02 fevereiro de 2026.

FERRARI, Monia M. D. **A migração nordestina para São Paulo no segundo governo Vargas (1951-1954)**. Dissertação (Mestrado) – UFSCar, 2005. Disponível em: <https://share.google/3QyCG7bRkjONCqVIY>. Acesso em: 10 janeiro de 2026.

FONTES, Paulo Roberto Ribeiro. **Comunidade operária, migrações nordestinas e lutas sociais**. São Miguel Paulista (1945 – 1966). Tese de Doutorado, Campinas, 2002.

KOTRE, John. Luvas brancas: como criamos a nós mesmos através da memória. São Paulo: Mandarim, 1997.

LOZANO, Jorge Eduardo Aceves. Prática e estilos de pesquisa na história oral contemporânea. In: AMADO, Janaina; FERREIRA, Marieta de Moraes (org.). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

MARINUCCI, Roberto. Feminização das migrações? **Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**, v. 15, n. 29, p. 5-22, 2007. Disponível em: <http://remhu.csem.org.br/index.php/remhu/article/view/55>. Acesso em: 29 março de 2025.

MARTINS, Maria Helena Pires. Ecomuseu. In: COELHO, Teixeira (org.). **Dicionário crítico de política cultural**. São Paulo: Iluminuras, 1997.

“**Migrar**: histórias compartilhadas sobre nós”. Disponível em: <https://museudaimigracao.org.br>. Acesso em: 22 fevereiro de 2026.

NIZIO, Thomas Félix Sousa. **Investigando uma história pública no Museu Histórico Nacional**. Anais. 2023. Disponível em: <http://remhu.csem.org.br/index.php/remhu/article/view/55>. Acesso em: 29 março de 2025.

OLIVEIRA, Carlos Eduardo Pereira de. Entrevistas e comitês de ética. **História Oral**, v. 26, n. 1, p. 7–23. Disponível em: <https://revista.historiaoral.org.br/index.php/rho/article/view/1312>. 29 março de 2025.

PADILHA, Renata Cardozo. **Documentação museológica e gestão de acervo**. Florianópolis: FCC, 2014.

PAIVA, Odair da Cruz. **Caminhos cruzados**: migração e construção do Brasil moderno. Bauru: EDUSC, 2004.

PEREIRA, Pedro Jardel Fonseca. **Entre o Nordeste e São Paulo**. Tese (Doutorado) – UFJF, 2025. Disponível em: [https://repositorio.ufjf.br/jspui/handle/ufjf/19623?locale=pt\\_BR](https://repositorio.ufjf.br/jspui/handle/ufjf/19623?locale=pt_BR). 29 fevereiro de 2025.

POMPER, Philip. Historian and individual agency. **History and Theory**, v. 35, n. 3, 1996.

PORTELLI, Alessandro. História oral e memória. **História e Perspectivas**, n. 50, 2014. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/historiaperspectivas/article/view/27504>. Acesso em: 20 março de 2026.

ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira. Um livro, muitas vozes. **História Oral**, v. 26, n. 1, 2023. Disponível em: <https://revista.historiaoral.org.br/index.php/rho/article/view/1318>. 29 março de 2025.



ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira; LIMA, Livia Morais Garcia; MOREIRA, Igor Lemos. Escutas sensíveis e plurais. **Varia Historia**, v. 41, 2025. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/0104-87752025v41e25050>. 29 março de 2025.

ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira. História pública: comunicação e educação histórica. In: SOARES, Fagno da Silva (org.). **História pública**. Palmas: Observatório, 2025. Disponível em: <https://repositorio.uft.edu.br/handle/11612/7772>. 29 março de 2025.

SANTHIAGO, Ricardo. Duas palavras, muitos significados. In: ALMEIDA; MAUAD; SANTHIAGO (org.). **História pública no Brasil**. 2016.

SANTHIAGO, Ricardo. História pública e autorreflexividade. **Tempo e Argumento**, v. 10, n. 23, 2018. Disponível em: <https://revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180310232018286>. 29 fevereiro de 2025.

SANTOS, Thiago Haruo. **As histórias invisibilizadas**. Museu da Imigração, 2023.

SITZIA, Emilie. Public participation and agency in art museum. In: ERIKSSON et al. **Cultures of participation**. Routledge, 2020.

TEIXEIRA, Sidélia S. Nova museologia. **Cadernos do CEOM**, v. 35, n. 56, 2022. Disponível em: <https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rcc/article/view/6927>. 29 janeiro de 2025.